

ÍNDICE

Siglas mais utilizadas.....	7
Nota da Autora à 5. ^a edição (2025).....	9
Nota da Autora à 4. ^a edição (2021).....	11
Nota da Autora à 3. ^a edição (2018).....	13
Nota da Autora à 2. ^a edição (2015).....	15
Nota da Autora à 1. ^a edição (2010)	17

PARTE I DIREITO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DIREITO DO URBANISMO

1. Noção de ordenamento do território.....	21
2. Uma política pública ou uma matéria jurídica?.....	24
3. O direito do ordenamento do território e o direito do urbanismo.....	27
4. O ordenamento do território e o urbanismo em Portugal: algumas reflexões.....	34
5. O objeto do direito do urbanismo: do planeamento à gestão.....	38

PARTE II A PLANIFICAÇÃO URBANÍSTICA

1. Os planos territoriais no contexto geral da planificação administrativa.....	43
1.1. O plano como instrumento jurídico de atuação administrativa: suas características típicas.....	43
1.2. O plano e o planeamento territorial.....	48

2. O sistema de gestão territorial e a sua evolução.....	51
2.1. O princípio da tipicidade e os grandes marcos legislativos.....	51
2.2. O sistema de gestão territorial até à aprovação da Lei n.º 31/2014.....	51
2.3. O sistema de gestão territorial após a aprovação da Lei n.º 31/2014.....	59
i. A diferenciação entre programas e planos.....	59
ii. Um novo nível do sistema: o nível intermunicipal.....	61
iii. A transformação dos planos especiais em programas especiais.....	66
3. Breve estudo dos instrumentos de gestão territorial.....	67
3.1. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).....	69
3.2. Programas Setoriais.....	76
3.3. Programas Especiais.....	87
3.4. Programas Regionais.....	100
3.5. Programas Intermunicipais.....	103
3.6. Planos Municipais.....	106
3.7. Planos Intermunicipais.....	126
4. Da caducidade do procedimento de planeamento.....	127
5. O regime de uso do solo: as tarefas da sua classificação e qualificação.....	133
5.1. Os novos critérios para a classificação dos solos.....	133
5.2. A reclassificação dos solos.....	152
5.2.1. Antes do <i>Simplex Urbanístico</i>	152
5.2.2. No <i>Simplex Urbanístico</i> e no “pós- <i>Simplex</i> ”.....	156
5.2.3. Considerações finais.....	164
6. As medidas cautelares dos planos territoriais.....	165
6.1. Tipologia e caracterização das medidas cautelares.....	165
6.2. O <i>princípio da proporcionalidade</i> como princípio reitor das medidas preventivas.....	169
6.3. Competência.....	172

6.4. Procedimento.....	172
6.5. Natureza jurídica e consequências da sua violação.....	173
6.6. Aplicação das medidas preventivas	174
6.7. Cessação de vigência das medidas preventivas.....	179
6.8. Da suspensão de procedimentos.....	179
7. Relação entre os instrumentos de gestão territorial.....	190
7.1. Os princípios de relacionamento.....	190
7.2. Relacionamento entre planos antes da Lei de Bases de 1998.....	191
7.3. Relacionamento entre instrumentos de gestão territorial após a Lei de Bases de 1998.....	192
7.4. Relacionamento entre instrumentos de gestão territorial após a Lei de Bases de 2014.....	193
8. Dinâmica dos instrumentos de gestão territorial.....	198
9. Da perequação de benefícios e encargos decorrentes dos planos.....	200
10. Indemnização por expropriação do plano.....	204

PARTE III A GESTÃO URBANÍSTICA

CAPÍTULO I MODELOS DE GESTÃO URBANÍSTICA

1. Noção e lógicas distintas de gestão urbanística.....	211
2. Os instrumentos de gestão urbanística.....	213
3. Razão de ordem.....	216

CAPÍTULO II
A GESTÃO URBANÍSTICA E A
EXECUÇÃO PROGRAMADA (SISTEMÁTICA) DE PLANOS

1. Os planos de pormenor e as unidades de execução	217
2. As unidades de execução como unidade de projeto	223
3. A delimitação de unidades de execução.....	229
3.1. O programa urbanístico de base.....	229
3.2. Unidade de execução e declaração de utilidade pública.....	235
3.3. O procedimento de delimitação de uma unidade de execução.....	240
3.3.1. Antecedentes procedimentais.....	240
3.3.2. Os trâmites do procedimento.....	241
i. Iniciativa	241
ii. Formalização da proposta e discussão pública	242
iii. Aprovação da (delimitação da) unidade de execução e eficácia	243
3.3.3. Atos subsequentes	243
3.4. A intervenção do município na unidade de execução:	
algumas reflexões	245
 BIBLIOGRAFIA	 253